

O TRABALHO INFORMAL DAS MULHERES NO CENTRO DE MACAPÁ¹

Dulciléia da Silva Jacob*

Katylane da Silva de Oliveira*

Raimunda Celia do Vale Pires*

Resumo: Elaboramos neste artigo o “olhar” antropológico e sociológico para identificar o(s) motivo(s) de permanência das mulheres no trabalho informal no Centro de Macapá. A princípio, desenvolvemos a análise antropológica para compreender o(s) motivo(s) de permanência dessas mulheres no setor informal que compõe a rede de significados simbólicos. Não consideramos viável simplificar esse(s) motivo(s) somente em uma análise estruturada do simbolismo, mas, se fez necessário a utilização da ótica sociológica para analisar a estrutura da sociedade na qual elas fazem parte. Na análise sociológica, verificamos a sociedade na qual essas mulheres se incluem e identificamos as mudanças constantes no trabalho formal que está relacionada à concorrência e exigência na capacitação profissional. As mulheres entrevistadas não acompanham essas mudanças, em virtude das ocupações desenvolvidas na casa e rua (trabalho informal), a esse modo, as informantes estagnam o processo de escolarização (baixa ou nenhuma) que as levam consciente ou não a permanecer no mercado informal, onde criam os simbolismos de permanência para não serem estigmatizadas pela sociedade por não obterem o currículo acessível, esse simbolismo é um modo também de superar as angústias frente à ineficácia do Estado que deve garantir a eficiência da cidadania dessas mulheres com relação ao direito do trabalho digno, alcançando o bem estar social. Esse gênero feminino precisa do apoio governamental para criar projetos urbanísticos específicos ou disponibilizar o alvará de licenciamento viável para melhorar a qualidade do trabalho desse grupo de mulheres. Embora, estejam às margens da sociedade, elas contribuem com a visibilidade desse mecanismo do trabalho, que está crescendo quantitativamente e qualitativamente em Macapá. Esta síntese engloba no presente estudo, onde entrelaçamos a pesquisa de campo com o referencial bibliográfico.

Palavras-chave: Gênero; Motivo(s) de permanência; Trabalho informal.

Introdução

Iniciamos a introdução deste artigo sintetizando o interesse pelo fenômeno social, as etapas do pré-projeto e coleta de dados, impulsionando desdobrar a análise desta pesquisa que

¹ Artigo científico apresentado à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso-TCC, ministrada pela Prof.^a Mestra Rauliette Diana Lima e Silva, orientadas pela prof.^a Maria do Socorro dos Santos Oliveira.

* Graduandas do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP

têm como objetivo correlacionar à ótica antropológica e sociológica do(s) motivo(s) de permanência das mulheres no mercado de trabalho informal no Centro de Macapá. Esse objetivo de correlacionar às óticas antropológica e sociológica nesta pesquisa atrela no que o autor diz:

Enquanto os estudos sociológicos e econômicos pensam as relações informais sob a ótica do Estado e da economia, o estudo antropológico acrescenta a essas análises os sentidos e significados simbólicos atribuídos à informalidade pelos grupos sociais envolvidos em atividades informais. (SOUSA ET AL, 2008, p. 1-2).

Enfatizando o nosso interesse de estudar este tema, que desencadeou quando estávamos a lazer nas ruas São José, Candido Mendes e na Avenida Mendonça Júnior no Centro de Macapá, onde observamos constantemente um número significativo de mulheres ambulantes vendendo múltiplos produtos com preços distintos nessas localidades. Elas levam no carrinho adaptado água de coco, cerveja, água mineral, chopp, pastéis, caipirinha, cachaça, refrigerante em lata, carteira de cigarros, suco, churrasquinho, bonecos infláveis e etc.

Essa nossa visibilidade e interesse de pesquisar as mulheres ambulantes é uma consequência do processo de aprendizagem acadêmica, onde apreendemos a concepção científica da Antropologia Estruturalista de Lévi-Strauss (1980) que nos alerta em visibilizar tanto a estrutura superficial (externo) quanto à estrutura camuflada (interno) dos fenômenos da sociedade.

Após justificarmos o interesse pelo estudo, utilizamos das visões antropológica e sociológica para elaborarmos o seguinte problema de pesquisa: Qual ótica antropológica e sociológica que identifica o(s) motivo(s) de permanência das mulheres no mercado de trabalho informal no Centro de Macapá? A resposta para este problema está presente nos subtópicos 3.1 e 3.2 da 3ª parte deste artigo.

Com a nossa “determinação e garra”, disponibilizamos desdobrar a concepção científica da Antropologia e Sociologia para identificar o(s) motivo(s) de permanência dessas mulheres no mercado informal, a esse modo, construímos o pré-projeto de pesquisa que abrange os seguintes pressupostos:

- Na concepção antropológica são vários os motivos de permanência das mulheres no mercado informal no Centro de Macapá, atrelado à rede de significados simbólicos, formada por múltiplos motivos, como adquirir a independência financeira, suprir as necessidades de manutenção da casa, “fugir” do desemprego, emancipar-se da burocracia do trabalho formal e por desejar exercer uma atividade que vai além dos afazeres domésticos;

- Na ótica sociológica o motivo está atrelado ao currículo profissional não acessível² para ingressar no mercado formal, levando à permanência das mulheres no mercado informal no Centro local.

As nossas pré-respostas foram elaboradas antes de efetivar a pesquisa de campo e os objetivos específicos presentes no pré-projeto estão dispostos a seguir:

- Analisar o(s) motivo(s) que levam as mulheres a criar os significados simbólicos como justificativa de permanência no ofício informal.
- Identificar qual a escolarização que essas mulheres detêm;
- Verificar as exigências presentes na estrutura do trabalho formal na qual essas mulheres ambulantes não estão integradas.

Os procedimentos metodológicos foram escolhidos a partir das concepções de Gilberto Velho (1999) e Durham (2004). Primeiro apresentamos a citação de Velho (1999, p.10) que diz: *“o primeiro passo, (...) é procurar ouvir e entender a visão de mundo dos grupos sociais que vivem diretamente essas situações e procurar perceber seus pontos de vistas, com o mínimo de preconceitos”*.

Com base na citação a cima, interpretamos como ética antropológica que apreendemos para escolher os instrumentos metodológicos de aplicação e que contribuiu com o aperfeiçoamento do nosso comportamento como pesquisador. Para reforçar, apresentamos a concepção de Durham (2004, p. 380) que diz: *“(...) A história de vida de cada um e, com muito mais razão, (...) se constrói a partir de experiências diversificadas que ocorrem dentro desse mesmo universo de oportunidades ocupacionais”*, ou seja, a autora alerta visibilizar a alteridade dos sujeitos com relação à história de vida, experiência e concepção de mundo que apresenta implicitamente no meio social, mas quando aplicado no comportamento é explícito na sociedade.

Como guia, o pré-projeto nos acompanha na coleta de dados com relação aos procedimentos e instrumentos metodológicos, onde utilizamos os seguintes:

- Hipotético dedutivo;
 - Participação observante (nas ruas São José, Candido Mendes e na Avenida Mendonça Junhor no Centro de Macapá);
 - Quantitativo e qualitativo (onze mulheres entrevistadas);
 - Coleta de imagens (apenas uma entrevistada permitiu tirar fotos para publicação);
 - Aplicação de questionário aberto com respostas escritas (sete mulheres) e gravadas (quatro mulheres).
-

O pré-projeto nos direcionou na pesquisa de campo nas localidades citadas no início desta pesquisa, onde coletamos os dados de 11 (onze) mulheres que preservamos os nomes e utilizamos pseudônimos³. As informantes tem idade de 19 a 62 anos, e consideram a atividade de ambulante, como profissão. O local onde trabalham na informalidade é constantemente escolhido em decorrência da circulação intensa de consumidores, como nos informa a ambulante Joaquina de 40 anos, dizendo o seguinte: *“Eu trabalho aqui porque tem movimento”*.

Ao analisar a coleta de dados identificamos que entre as 11 (onze) informantes apenas três se consideram morena clara, branca e parda, mas, a maioria das mulheres se identifica na etnia negra, como nos informou a ambulante ao responder a pergunta gravada: *Você se considera negra? “Eu me considero. Eu não sou branca” (Joaquina)*.

A princípio, queríamos trabalhar com a motivação de permanência das mulheres “negras” no trabalho informal macapaense, a esse modo, iríamos apresentar que o racismo ou o preconceito não determinam na totalidade da permanência, mas, as concepções de mundo delas e o meio social na qual fazem parte, todavia, não podíamos rotular essas mulheres sem antes conhecer suas percepções e o meio social que estão integradas.

Após a justificativa de não estudar somente as mulheres “negras”, partimos da percepção científica de muitos autores, como exemplo clássico nas Ciências Sociais o teórico “Durkheim” que universaliza ou generaliza seus estudos a partir de um grupo que não corresponde nem a terça metade das pessoas que estão incluídas na mesma situação do universo delimitado. Como cientistas sociais estudamos realidades relativas e distintas entre os fenômenos sociais, nesta ótica analítica não cabe generalizar realidades específicas que às vezes assimila alguns aspectos com outras, mas, não na totalidade, pelo fato dos sujeitos obterem concepções de mundo, experiências, histórias de vidas e influências específicas do meio social que também detêm de especificidade, levando esses sujeitos a construir o comportamento diversificado que aplicam no cenário social que estão integrados. A partir dessa apreensão de analisar os sujeitos, decidimos investigar as mulheres que alocam as localidades citadas e não optar por rotulações.

Continuando com a análise de dados, apenas duas das entrevistadas são solteiras, a maioria das informantes tem marido que não omite opinião a respeito do seu trabalho informal, duas entrevistadas nos informaram que os seus maridos trabalham na formalidade,

³ O pseudônimo “Joaquina” estará presente constantemente na pesquisa, pelo fato das suas informações na entrevista gravada estarem mais completa do que as outras três informantes.

essa questão foi relatada por vontade própria, pois elas sentem orgulho dos maridos por estarem no setor formal.

Com relação a filhos, apenas uma das informantes não tem, mas a maioria possui entre 1 a 12 filhos, sendo que tiveram seu primeiro filho com idade entre 15 a 31 anos. Entre as entrevistadas apenas duas não responderam a respeito da naturalidade, uma é de Tocantins, duas das informantes são do Ceará e a maioria é do Amapá e do Pará.

Sobre a escolarização seis das nossas informantes não possuem o ensino fundamental, apenas uma entrevistada esta no primeiro ano do curso de Direito, uma informante tem o ensino médio completo, uma das mulheres esta finalizando o ensino médio e uma das entrevistadas está na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A questão sobre cursos profissionalizante apenas uma detêm do curso relacionado com empreendedorismo e a maioria não possuem cursos.

Essas são algumas respostas bases que analisamos após a coleta de dados, considerado um material “rico” em informações, consideramos também como dever ser fiel ao papel de cientistas sociais ao analisarmos o material coletado, em virtude disso, não sujeitamos a simplificar o problema de pesquisa.

Além disso, a contribuição do referencial teórico nos fez analisar minuciosamente o material coletado para identificar as possíveis manipulações das entrevistadas perante as respostas, como alerta Durham (2004) que diz o seguinte: “(...) *O comportamento concreto de pessoas reais constitui sempre uma unidade multifacetada, que engloba necessariamente a utilização de objetos, a atividade grupal e a manipulação de símbolos*”,

Segundo a citação da autora, interpretamos que o ato de manipular as ações pode acontecer, pelo fato dos sujeitos estarem sendo abordados por pesquisadores que não conhecem ou não têm intimidade para “jogar as suas realidades na mesa”, existe a possibilidade da manipulação que o pesquisador pode presenciar a campo, fazendo necessário o planejamento de pesquisa, escolher os instrumentos metodológicos pertinentes de abordagem, aprimorar as percepções de investigação, disponibilizar tempo para analisar minuciosamente o material coletado e prestar atenção para as informações relevantes não “ficarem de fora” da pesquisa.

Obtivemos três mulheres desse ramo informal do trabalho que rejeitaram a entrevista, pelo fato de termos utilizado na pesquisa de campo a abordagem formal com relação ao documento “Termo de consentimento livre e esclarecido de uso de palavras, ideias, imagens e som”. Diante da justificativa das mulheres que rejeitaram esse documento, constatamos que não foi por falta de tempo, mas porque elas não estavam dispostas a

disponibilizar as informações pessoais para preencher o documento que precisava do CPF, nº de identidade, nome completo, assinatura, telefone, endereço etc.

As que aceitaram assinar o documento nos trataram bem, pois, as ambulantes depositaram esperança nesta pesquisa para visibilidade da sociedade e a viabilidade da Prefeitura e do Estado local com relação à realidade desse trabalho. As ambulantes informaram que precisam de licenciamento para desenvolver a atividade de “ambulante”⁴ ou um local fixo para trabalhar, porém, cabe destacar que uma vez efetivada essa fixação, essas mulheres perderiam a identidade do ofício de ambulante.

Para melhor discutir essa questão dentro dos limites deste artigo optamos por desdobrar em três partes: (1ª) Iniciando-se com a compreensão da distinção do trabalho formal e informal. (2ª) Em seguida, desdobramos o processo histórico social do trabalho das mulheres ambulantes, apreendendo que há tempos existe a prática dessa atividade nas ruas, mas, com distinções entre este contexto (histórico) com o da atualidade. (3ª) E por último, apresentamos a correlação da análise antropológica e sociológica para identificar o(s) motivo(s) de permanência desse grupo de mulheres na atividade informal que se manifesta no Centro de Macapá.

1ª. Princípios e características do trabalho informal e formal

Não pretendemos esgotar as fontes teóricas que trazem a luz da distinção dos mercados formais e informais que explicitamente interagem com as entrevistas gravadas. Partimos da diferença dos princípios básicos de ambos os mercados, conforme aponta Hayek (2010, p. 127) que cita o autor Leon Trotsky (1937) que diz: “*O velho princípio: “quem não trabalha não come” foi substituído por outro: “quem não obedece não come”*”.

A citação a cima nos aponta que o princípio lógico “*quem não obedece não come*”, ganhou espaço na reconfiguração do trabalho formal, simplificando o ofício para a massa trabalhadora obedecer harmoniosamente o seu patrão, caso contrário é demitido.

Mas, o primeiro princípio lógico citado anteriormente nos estudos de Hayek (2010, p. 127) que diz: “*quem não trabalha não come*” se estabelece no trabalho informal, como informa a entrevistada, “*eu trabalho todo dia e todo dia eu tenho dinheiro pra comer*” (Joaquina, 2012), além disso, as mulheres que entrevistamos detém a força de trabalho, as mercadorias e o resultado das vendas.

⁴ Ambulante é movimento, elas andam pelas ruas da cidade com seus carrinhos lotados de múltiplos produtos para o consumo.

É oportuno à reflexão do “primeiro princípio lógico” citado acima, presente no intrínseco das mulheres entrevistadas, como relata a ambulante Joaquina quando os seus filhos pedem para ela deixar este trabalho: “*eles dizem: mamãe dá pra parar? Eu digo: eu vou parar no dia que não puder, porque no dia que eu puder andar eu não vou parar não, é daqui que nós tira pra comer e pra beber, não vou parar, não!*”. Esse princípio não é fator determinante na ótica antropológica, pois, identificamos que algumas ambulantes além de guardarem o dinheiro, têm os seus companheiros que ajudam na despesa da casa, e elas retornam ao trabalho quando desejam, por se tratar de um trabalho por “conta própria”.

Segundo a análise de Pochmann (2001) “*antigamente o termo trabalhar por conta própria apresentava um caráter de exclusão*”, deixou de ser visto como excluído os que integram o mercado informal, em virtude da reconfiguração do universo do trabalho que está integrado ao sistema, lucrando com esse contingente de trabalhadores informais que comercializam as mercadorias das empresas legalizadas (empresas de bebidas, Avon, Natura, importadoras, etc.).

As empresas Legais estão mais exigentes na contratação para reduzir os números de empregados, a esse modo, as pessoas com pouca ou nenhuma qualificação se integra ao mercado informal e mantém o mercado formal (compram as mercadorias), assim as empresas continuam lucrando sem manter muitos gastos com os vínculos empregatícios (redução de contratação), assim o termo “exclusão” que antes ligavam aos trabalhadores informais “ganharam” novas interpretações para não inibir essa prática, reforçado na análise do autor Leão (2008) que aponta a mudança de ótica frente ao caráter “exclusão” dos que fazem parte do ofício informal, diz o seguinte:

O fim da centralidade do trabalho, a diminuição acelerada dos assalariados, a introdução de inovações tecnológicas trazidas com o advento da terceira revolução industrial, a diminuição do papel da luta de classes dentro do moderno capitalismo, tem como ápice a construção desta nova sociedade em que o indivíduo teria, diante da crise da racionalidade econômica capitalista, a possibilidade de que a individualidade das pessoas possam vir à tona de forma plena através da sociedade do tempo livre” (LEÃO, 2008, p. 22).

Na citação de Leão, a “sociedade do tempo livre” está atrelada a nova modalidade do trabalho (em termo geral), oriunda da globalização, dos avanços tecnológicos e do método científico (Taylorismo) que foram utilizados para a organização do trabalho. Essa nova modalidade, trouxe a luz aos cientistas sociais com relação a estagnar as análises do contexto geral ou global dos trabalhadores para estudar a diversificação da essência dos contextos

injetados no trabalho (informal), modificando o “panorama de subemprego” e visibilizados como geradores de significados ou sentidos simbólicos.

Outros autores que são fundamentais na construção do nosso embasamento teórico são os doutores em Sociologia e Ciências Políticas, Santana e Ramalho (2009), os quais apontam na obra: *Sociologia do Trabalho* a análise da “classe dos desempregados”, ou seja, sujeitos que não obtém nenhum vínculo com o trabalho formal e informal.

Esse quadro panorâmico social citado (desempregados), não inclui o grupo de mulheres entrevistadas, as quais refugiam na atividade informal, não somente como alternativa da “fuga” do desemprego, mas também como meio de efetivar a sua autonomia como sujeito de ação frente à nova concepção valorativa do termo “trabalho”. As pessoas que não desenvolvem nenhuma atividade que envolva dinheiro são estigmatizadas de “vagabundos”, “preguiçosos” e menosprezados pelas pessoas de seu meio, uma vez que a sociedade discerne um valor distinto nas pessoas que trabalham com grau maior ou menor dessa valoração, dependendo da atividade que exercem no meio social, e os que não promovem nenhum trabalho (desempregados) ou fazem parte do setor formal passam por esse grau valorativo e estigmas sociais, pois, se trata da hierarquia do mundo do trabalho.

Nessa discussão científica citamos a autora Cacciamali (1991, p.23) para contribuir, conceituando a alusão de trabalho informal dizendo: “*O seguimento informal é o conjunto formado pelos trabalhadores sem carteira assinada e por conta-própria*”, as mudanças constantes da dimensão do mercado de trabalho burocrático (formal), conseqüentemente trouxeram o pensamento de diferenciar os dois mercados, no qual o informal abrange a baixa ou nenhuma escolarização (grupo de mulheres entrevistadas), incluídos neste setor como donos de negócios e não enfrentam a burocracia do ofício formal (o mercado formal é o inverso).

Segundo as informantes, elas não estão vinculadas a empresas legalizadas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), não participam de pagamentos de impostos, não obtém apoio do governo como o Fundo de Garantia dos Trabalhadores (FGTS), não cadastradas no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), do seguro desemprego e de benefícios, aspectos que caracterizam o trabalho formal. E ainda, existe o choque de interesses antagônicos na relação entre patrão e empregados, por conta da carteira de trabalho assinada (o empregado se subordina ao patrão). Estas características não estão presentes no trabalho informal das mulheres entrevistadas.

As entrevistadas estão envolvidas no ofício informal que é uma atividade que também produz a relação econômica, podendo ser caracterizado por sua independência

relacionado às regras, lógicas e valores próprios que não estão interligadas com as mesmas do mercado formal. Além disso, não pagam impostos ao Estado para o seu funcionamento, baixa comercialização, não visam os mesmos lucros do mercado racionalizado, estão “lançados” em locais públicos e não seguem a burocracia para a inclusão ou permanência como no trabalho formalizado, com tudo, os dois mercados de trabalho distinguem-se entre as suas racionalidades.

1.1. Aspectos positivos e negativos do trabalho informal e formal

Por meio da análise das entrevistas constatamos que o ofício informal apresenta como pontos positivos a flexibilidade de horários, ganhos mais satisfatórios, ausência da burocracia (não receber ordens). Já como pontos negativos, constatamos a ausência da carteira assinada, por conta do estigma social negativo que envolve o tema, a instabilidade para exercer suas atividades, no que diz respeito à perseguição policial a mando do poder público local.

Quanto aos pontos positivos do trabalho formal fomos informadas apenas do aspecto relacionado à carteira assinada e dos negativos basicamente os relacionados à burocracia (cumprir horários, obedecer a ordens) e ainda a percepção de baixos salários, como nos diz a entrevistada Joaquina, 40 anos:

“O que eu ganho na minha venda, com certeza, como eu falo porque aqui eu trabalho todo dia e todo dia eu tenho dinheiro pra comer, e o dinheiro de um mês pra mim não vai dá até eu receber no outro mês e aqui todo dia tenho dinheiro e se eu guardasse todo dia o dinheiro que ganho aqui daria muito mais de um salário”.

O sociólogo Santana ET AL (2009), aponta sobre a fragilidade do seguimento curricular profissional com os padrões técnicos exigente no dinâmico trabalho formal, que justificaria os baixos salários, no qual as mulheres da realidade local permanecem em suas atividades informais, por considerarem que o seu ganho é maior do que no setor formal, pois:

(...) a baixa qualificação e até mesmo a baixa escolaridade da força de trabalho no país, muitas vezes utilizada com argumento justificativo dos obstáculos á modernização, deve-se chamar atenção para o fato de que as mesmas foram resultado, entre outros fatores, de uma demanda que vinha sendo formada há tempos. O desenvolvimento de um processo que adiciona a doação de novas técnicas e novos métodos ás relações de trabalho retrógradas, que tem por base os baixos salários e a falta de procedimentos que visem à estabilização da mão-de-obra. (SANTANA ET AL, 2009, p.37, 38).

2ª. Contextualização histórica brasileira do trabalho informal das mulheres

O contexto do nosso campo de pesquisa precisa do retrocesso no processo histórico brasileiro, desse modo se compreenderá a particularidade desse fenômeno social da realidade macapaense, processado de certa forma, distintamente do contexto histórico que apresentaremos mais a frente.

O retrocesso histórico do trabalho das mulheres ambulantes tem origem no regime escravocrata do Brasil – Colonial – Império (séc. XVI - XIX). As mulheres em sua maioria, as rotuladas de negras, eram submetidas a trabalhar nas restringidas lavouras, nos afazeres domésticos, na manutenção da cozinha, servindo como amas ou mãe preta da sinhá e outros serviços. Elas obedeciam para não serem castigadas pelo senhor de engenho e, as que conseguiam comprar ou ganhar a carta de alforria, passavam a trabalhar no serviço de ambulante, vendendo produtos diversificados na área pública. Portanto:

Pode-se afirmar que uma das personagens anônimas mais retratadas durante os períodos da Colônia e do Império foram às quitadeiras, vendedeiras e ou ganhadeiras. (...). Eram elas, as negras com seus tabuleiros que ocupavam maciçamente os mercados, os caminhos, as ruas e praças das vilas e cidades brasileiras. (SCHUMAHER ET AL, 1998, p.61).

O gênero feminino, analisado por Schumacher ET AL (1998) utilizava às experiências fragmentadas, adquirida em tempos de escravidão. Atuavam nos serviços domésticos, na prostituição ou como ambulantes vendendo variadas mercadorias de acordo com as ofertas e interesses locais. Os produtos ficavam disponíveis nas “*quitandas, tendas, tabuleiros e cestas, onde vendiam peixes, carne, farinha, frutas, hortaliças, flores, doces, aguardente, refrescos, louças, tecidos, charutos, velas, amuletos, bonecas, hóstias, carvão, lenha*” (SCHUMAHER ET AL, 1998, p.62) e muitas outras ditas “quinqüilharias” que geravam ganho para manter os significados ou sentidos simbólicos, pois:

As mulheres livres e libertas, presença mais numerosas no vai-e-vem deste comércio, experimentavam uma situação diferente daquela das escravizadas, pois não sofriam interferência em seus negócios e os resultados dos produtos comercializados eram unicamente seus. (SCHUMAHER ET al.1998, p.62).

Segundo Schumacher ET AL (1998) que analisa o alvará de licenciamento cedido pelas autoridades municipais para as mulheres, somente com essa autorização praticavam o

trabalho de ambulante nos locais públicos, as exigências eram rigorosas e deveriam ser cumpridas, caso contrário, eram punidas, já que:

(...) após o pagamento de uma taxa de matrícula, concedia a licença obrigatória para a exploração destas atividades. Além disso, havia uma fiscalização permanente do mesmo órgão para checagem dos pesos e medidas – quando irregulares, os responsáveis deveriam ser punidos com multas ou cadeia (...). (SCHUMAHER ET AL.1998, p.62).

A citação acima nos informa que as mulheres que detinham a liberdade social e a autorização de licenciamento exercia a prática do trabalho de ambulante nas ruas, seguiam rigorosamente as regras expostas por seus governantes municipais. Assim, as autoridades detinham o controle da movimentação desse gênero em locais públicos e fiscalizavam o peso e a medida dos diversos produtos para que a clientela não fosse enganada por essas vendedoras.

O levantamento histórico do trabalho informal das mulheres nos períodos colonial – império é de suma relevância para compreendermos que há tempos existe a prática da atividade de ambulante nas ruas como forma de garantirem a subsistência, liberdade social e independência econômica, além disso, com os seus ganhos conservavam a religião de matriz africana, criavam associações antiescravistas como modo de rejeição do sistema de escravidão, esses são alguns significados ou sentidos simbólicos que constatamos no contexto histórico desse trabalho de ambulante.

Não discutiremos a trajetória de inclusão ou exclusão social por serem do gênero feminino, mas exporemos o “olhar” científico da Antropologia e Sociologia para analisar o(s) motivo(s) de permanência das mulheres no trabalho de ambulante no Centro Comercial de Macapá, tal área foi definida segundo Leão (2008) na “década de 60”, abrangendo os serviços informais.

2.1. Breve paralelo: comparação entre o contexto histórico e a atualidade das ambulantes

Analisando o contexto histórico, percebemos que o trabalho de ambulante detinha o apoio municipal segundo Schumacher ET AL (1998, p.62) “após o pagamento de uma taxa de matrícula, concedia a licença obrigatória para a exploração desta atividade”, e comparando com a realidade desse trabalho (ambulante) na cidade de Macapá, percebemos o inverso

diante desse trabalho informal. As entrevistadas apontam que a melhoria do trabalho de ambulante se efetivaria caso tivessem esse suporte (apoio do órgão competente).

Com a falta de apoio municipal as entrevistadas alegam “sofrer perseguição policial”, por interferir na locomoção pública. Essa justificativa constitucionalizada “interfere o passeio público” é utilizada para inibir a prática da atividade de ambulante, denunciadas por micro - empresários dessas localidades, objetivando a redução de concorrência no ramo de comes e bebes. Na nossa observação distanciada, percebemos que o trabalho dessas mulheres não prejudica o movimento dos consumidores e visitantes.

A autoridade policial age na repressão da prática dessa atividade informal (ambulante) nos locais públicos, de acordo com a legislação local. Por outro lado, não há políticas públicas específicas para solucionar esse problema social, sendo que é do órgão competente o dever de criar projetos urbanísticos ou deliberar o alvará de licenciamento para melhorar a condição social dessas cidadãs que agem às margens da legalidade nesse ponto de vista analítica.

Percebemos a cobrança das entrevistadas com relação a esse “apoio” para trabalhar com “tranquilidade” no trabalho de ambulante que “pertence” as ruas da cidade. Todavia, consideram como uma “válvula de escape” do desemprego, pois, não acompanharam as mudanças do trabalho formal. Segundo a vendedora que relata a situação do trabalho de ambulante:

(...) Preciso de um lugar específico para colocar meu empreendimento e os governantes têm que arrumar um ponto pra nós trabalhar, pra gente não ficar pulando de um lado pro outro quando chega a polícia, aí vamos correr, vamos esconder o carro se não a autoridade policial apreende tudo, nós não podemos ficar desse jeito, nós somos cidadãs, mães de famílias, queremos um lugar fixo com movimento pra gente vender, aqui é proibido a gente vender, mas nós não empatamos ninguém, e o tempo todo somos perseguidas. Meus filhos dizem pra eu parar e eu digo que não vou parar não! Enquanto eu puder andar eu vou continuar neste ramo. Daqui, nós tira pra comer e pra beber. Somos muito perseguidas levam nossa bebida, nosso carro fica sem nada e nós recomeçamos tudo de novo. Quanto mais eles levam mais fortes ficamos. É daqui que nos tiramos pra sobreviver (...). (Joaquina, 2012).

Embora, mesmo antes de surgir o interesse por esse campo de pesquisa presenciamos os ambulantes do Centro da cidade passar por essa situação, pois, as polícias militar e ambiental apreendem as mercadorias das ambulantes por estarem cumprido a sua função institucional, e se está sendo cumprido é porque tem indivíduos (micro - empresários) que cobram deles esse comportamento previsto na legislação municipal, como por exemplo, na Lei Complementar nº027/2004, que dispõe como encargo dos órgãos competentes em

organizar o licenciamento e fiscalização das atividades socioeconômicas que ocorrem nas vias públicas da cidade ou estado.

Para reforçar, faremos uma correlação do contexto histórico dos períodos “Colonial – Império” com o “sistema capitalista” que processa na atualidade. As mulheres que entrevistamos tentam ser visibilizadas e viabilizadas perante os órgãos competentes da cidade de Macapá, uma vez que ficam a mercê da vontade política local, enquanto as ambulantes de “outrora”, segundo Schumacher ET AL (1998) detinham o apoio municipal, justamente para inibir a instabilidade social, pois no Brasil – Império, os alforriados estavam em massa e tinham que sobreviver de algum modo, além disso, a classe hegemônica estava iniciando o processo de estabelecimento do novo sistema econômico (capitalista) que estrutura a organização do Brasil em classes. Com a nova estrutura social estabelecida nas terras nacionais e as muitas mudanças que vieram depois, inicia no século XX a discussão no campo científico sobre a função social do Estado, pois segundo o autor, que diz:

Em meio a tantas mudanças, nem mesmo a ideia de Estado permaneceu intocada. Pelo menos deste o segundo pós-guerra, era visão corrente a ideia de que o Estado deveria cumprir não só tarefas referentes ao controle e regulamentação da economia, mas também assegurar bem-estar social aos cidadãos (...). Foi através desse tipo de formulação que o Estado tomou para si o que seria encargos sociais (...). (SANTANA ET AL, 2009, p.11).

Desta forma, as transformações sociais no século XX ampliaram os encargos do Estado, reformulando suas funções sociais para com o dever de amparar legalmente os cidadãos, gerando políticas públicas de bem-estar para a sociedade brasileira, como um modo de garantir a estabilidade social, assim, algumas questões de interesse coletivo passam a ser constitucionalizadas.

Mas, o direito a cidadania, expressa na Constituição Federal de 1988, respalda o direito a um trabalho digno e ao bem estar social, o que não está sendo efetivado pelo Estado com relação a esse grupo de mulheres entrevistadas, as quais sentem os seus direitos violados, pois segundo Gohn (2002, p. 289) “*a cidadania, por ser um conjunto de direitos e obrigações, é um contrato social (...) e envolve os direitos civis*”.

Segundo Gohn (2002), quando os direitos constitucionalizados são violados, os cidadãos recorrem ao movimento social estruturado para solucionar. A autora também cita a interpretação analítica de Alonso (1997, p. 290) que expõe sobre o novo paradigma dos movimentos, “*os movimentos sociais teriam de lutar para ampliar e ativar os direitos de cidadania social – diante dos direitos de propriedade econômica imposta pelo Estado*”, isso se deve as impostas limitações com relação ao “*conceito real de cidadania, deixando cada*

vez mais grupos humanos de fora, excluídos dessa mesma cidadania” (Alonso, 1997, p. 290), como exemplo o grupo de mulheres ambulantes que entrevistamos.

Para Gohn (2002), a “crise dos movimentos sociais” na contemporaneidade deixou de ser considerada como solução dos problemas que a coletividade vivencia, por muitos fatores como exemplo disso o peleguismo, ideologia política interna e interesses específicos de um pequeno grupo interno do movimento. Mas, as entrevistadas nos informaram que não participam de nenhum movimento social, mas, que às vezes se manifestam na mídia televisiva para pedir apoio dos órgãos competentes (Prefeitura Municipal ou Governo do Amapá), como nos informa a entrevistada:

(...) então nos quer melhorias pra nós e deixar-nos em paz pra trabalhar, se não da pra trabalhar aqui deem um local pra gente trabalhar, o que interessa é que nos trabalhemos que não fiquemos sem trabalhar, porque quem mora na cidade não é que nem quem mora no interior, que tudo que você quer é comprado tem que ter dinheiro se não vai passar fome, é por isso que tem muita gente que rouba, assaltam por aí, quando querem trabalhar não deixam, vão atrás de emprego não tem e vão fazer coisas piores, mas nós não queremos isso não, queremos trabalhar e ganhar um dinheiro honesto pra comprar as coisas pro nossos filhos com honestidade não com dinheiro sujo. (Joaquina, 2012).

3ª. Dividimos em subtópicos a análise antropológica e sociológica para solucionar o problema desta pesquisa:



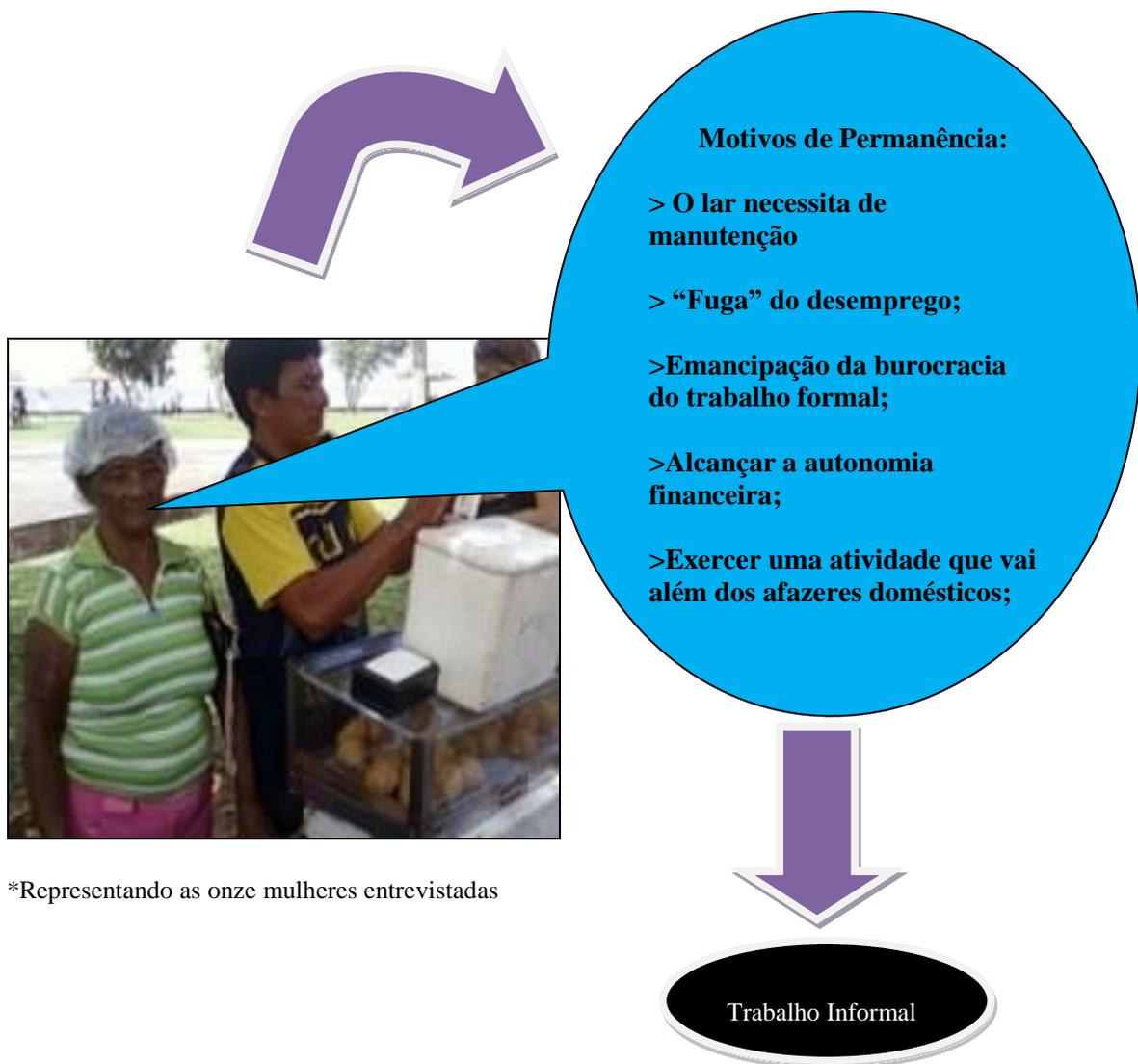
*Ambulante no momento de trabalho

3.1. Ótica antropológica dos motivos de permanência das mulheres no trabalho informal

No “olhar” antropológico, identificamos múltiplos motivos de permanência das mulheres no mercado de trabalho informal no Centro de Macapá e não apenas um motivo, pois, esses motivos que formam a rede de significados simbólicos que está intimamente ligado com concepções de mundo manifestado no comportamento, como o autor diz: *“todos os homens em princípio interagem socialmente, participam sempre de um conjunto de*

crenças, valores, visão de mundo, rede de significados que definem a própria natureza humana (...)” (VELHO, 1999, p. 64). Veja a seguir o esquema da ótica antropológica dos motivos de permanência no trabalho informal:

REDE DE SIGNIFICADOS SIMBÓLICOS



*Representando as onze mulheres entrevistadas

O esquema acima está explícito, as mulheres entrevistadas permanecem no mercado informal, onde se habitua na rotina do trabalho, a esse modo criam a rede de significados simbólicos de permanência (cada uma dessas mulheres utilizam mais de um motivo de permanência), a seguir:

> **“Fuga” do desemprego:** Sem alternativa de trabalho permanecem no trabalho informal com o significado simbólico de “fugir” do desemprego;

>**A casa necessita de manutenção:** O “lar” precisa de manutenção esporádica, esse é um dos motivos de permanência no trabalho de ambulante;

>**Emancipação da burocracia do trabalho formal:** Não se atraem pela burocracia do ofício formal relacionado a cumprir horários, pagar impostos (FGTS, INSS etc.), obedecer às ordens e os baixos salários, a esse modo permanecem na atividade informal para emancipar do serviço formal;

>**Alcançar a autonomia financeira:** Não gostam de depender de marido ou filhos, levando a permanecer no trabalho informal para gerar renda de emancipação econômica. Como exemplo desse significado simbólico citamos a ambulante que diz: “(...) *eu nunca gostei de depender de marido e dos filhos que já tem suas famílias e que sempre ajudo no que precisam, sempre gostei de ganhar meu dinheirinho suado*”. (Sebastiana, 62 anos).

>**Exercer uma atividade que vai além dos afazeres domésticos:** Como motivo de permanência no mercado informal, elas relatam que gostam de desenvolver uma atividade que vai além da doméstica, pois, consideram um modo de sair da rotina da casa. Como exemplo, apresentamos o relato da ambulante que diz: “*Eu sou uma mulher que não gosto só dos serviços de casa não, eu não gosto*”.

Na análise antropológica os motivos de permanência foram esses acima, coletamos mais não convivemos com as entrevistadas, pois, o campo desta pesquisa é na área urbana e isso nos leva apenas a estudar a rede de significados simbólicos como autora diz:

(...) Na pesquisa que se faz nas cidades, dentro de um universo cultural comum ao investigador e ao objeto da pesquisa, a participação é antes subjetiva do que objetiva. O pesquisador raramente reside com a população que estuda (e, se o faz, é por breves períodos) e não compartilha de suas condições de existência - de sua pobreza, de suas carências, de suas dificuldades concretas em garantir a sobrevivência cotidiana. Mas busca, na interação simbólica, a identificação com os valores e aspirações da população que estuda. A língua não constitui barreira e a comunicação puramente verbal predomina, ofuscando a observação do comportamento manifesto. A pesquisa se concentra na análise de depoimentos, sendo a entrevista o material empírico privilegiado. (...). (DURHAM, 2004, p. 368 a 369).

3.2. Concepção sociológica desdobrando o motivo de permanência das mulheres no trabalho informal

A ótica sociológica desenvolvida para analisar o motivo de permanência do referencial empírico desta pesquisa está atrelada ao currículo profissional, pois, verificamos que a maioria das entrevistadas detém pouca ou nenhuma escolarização para concorrer a uma vaga no ofício formal. Verificamos que o mercado formal se apresenta mais exigente com

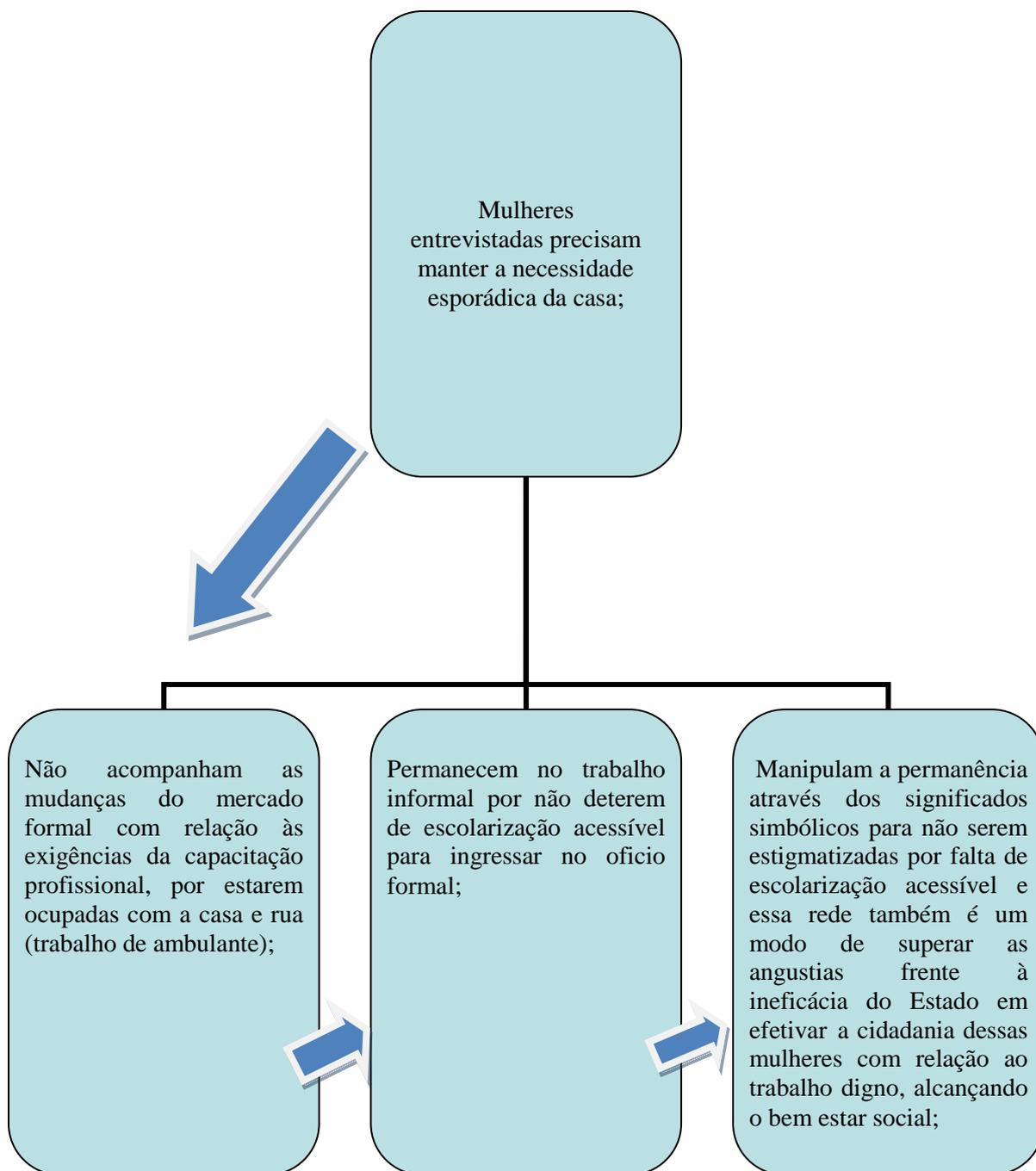
relação à capacitação profissional dos que querem se integrar na hierarquia da divisão do ofício burocrático.

Identificamos essa exigência do mercado formal advindo do processo de globalização no século XX. Esse processo afetou de modo intenso as sociedades, principalmente na aproximação cultural entre os países. O Estado brasileiro não ficou de fora desse processo de difusão, importando as novas tecnologias, o crescente fluxo migratório e os métodos de organização do trabalho (taylorismo), dificultando a integração dessas mulheres a fazerem parte do trabalho formal, como o autor diz:

(...) No Brasil, de maneira geral, a industrialização ocorreu efetivamente nas primeiras décadas do século XX. Foi a partir de 1940 que o Brasil passou de um país predominantemente agrícola para a uma “economia urbana organizada por uma base industrial extensa e complexa” (Dedecca, 2003:112). (BRYM, 2008, p. 288).

As mulheres entrevistadas não acompanham as mudanças relacionadas ao currículo acessível que o mercado formal exige, em virtude das ocupações desenvolvidas na casa e rua (trabalho informal), a esse modo as informantes estagnam o processo de escolarização (baixa ou nenhuma) que as levam conscientes ou não a permanecer no universo do trabalho informal, onde criam os simbolismos de permanência (apresentado na ótica antropológica) para não serem estigmatizadas pela sociedade por não obterem o currículo acessível e tentam superar as angustias frente à ineficácia do Estado que deve garantir a eficiência da cidadania dessas mulheres com relação ao direito do trabalho digno, alcançando o bem estar social. Observe o esquema na sequência:

ESQUEMA DA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DO MOTIVO DE PERMANÊNCIA NO TRABALHO INFORMAL



A cima, apresentamos o esquema sociológico do motivo de permanência das mulheres no trabalho informal no Centro de Macapá que está relacionado à falta de escolarização acessível para ingressar no mercado formal. Verificamos que para compreendermos melhor esse fenômeno incutido no trabalho informal, desdobramos o

contexto do fluxo migratório e a estrutura do trabalho formal na cidade de Macapá por ser nosso campo de pesquisa, mas não nosso objeto de estudo, como o autor diz:

A população macapaense apresenta índices de crescimento populacional cada vez maior em virtude de que, na década de 1990, fora implantada a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana – ALCMS e o canto que apregoava as possibilidades de emprego para aqueles que lá chegassem. As promessas de emprego não se concretizaram. Na cidade de Macapá há predominância do emprego público e, via de regra, os cargos são preenchidos através de concursos. Obviamente que a mão-de-obra qualificada encontra maiores oportunidades neste espaço público. Entretanto, a população com baixa qualificação para o mercado de trabalho é relegada aos empregos menos qualificados ou às atividades de rua, como os camelôs e ambulantes presentes nos espaços de grande circulação da cidade. (LEÃO, 2008, p. 6).

Segundo a citação de Leão (2008) a cidade de Macapá passou pelo processo migratório na década de 90, em virtude ALCMS que foi promovida para deliberar empregos, mas, não efetivou essa deliberação que passou a ser o principal foco gerador na elevação do fluxo migratório nessa região. Registrando a presença do enorme contingente de indivíduos de várias regiões do país, segundo o autor que diz:

(...) principalmente dos estados do Pará, Maranhão, Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte. Em princípio supomos que, estas pessoas foram atraídas pelo discurso feito pelo poder público em torno do desenvolvimentismo sustentável e pela promessa de implantação de uma Zona Franca de Macapá e Santana. (LEÃO, 2008, p. 06).

Como retratado do exposto a cima, as entrevistadas (maioria) são naturais das regiões de Macapá e Pará, mas, não vamos nos prolongar ao processo migratório que Leão (2008) considera como um aspecto que está relacionado ao crescimento do mercado informal, onde integra os “trabalhadores imigrantes” que estão “*com baixa ou sem qualificação profissional não lhes restando outra opção senão aquela de aderir ao mercado informal e ambulante como forma de sobrevivência individual e familiar*” (LEÃO, 2008, p.08). Vamos nos ater nesse momento com a estrutura do mercado de trabalho com as bases econômicas na cidade de Macapá em tempos de globalização, apresentamos a citação que diz:

O mercado de trabalho na cidade de Macapá está estruturado em bases econômicas voltadas, principalmente, para o setor de comércio e serviços, pois o setor industrial da cidade, localizado em uma zona periférica próxima ao município de Santana, se baseia na indústria de beneficiamento de produtos minerais vindos do interior do estado e o setor primário se constitui da exploração da madeira, do aproveitamento do leito dos rios pelo setor oleiro e da agricultura familiar como base de sustentação, onde os produtos são escoados ora para o exterior, no caso da madeira e os produtos industrializados, ora para o abastecimento interno, neste caso os produtos do setor oleiro e da agricultura familiar. (LEÃO, 2008, p. 07-08).

Com base na citação, concluímos que o setor de comércio e serviços são as principais bases da economia dessa região, mas nessa cidade o sociólogo Leão (2008) também diagnosticou como se encontra estruturado os trabalhadores no cenário do trabalho macapaense, diz o seguinte:

(...) a presença de um significativo contingente de mão-de-obra qualificada. Este segmento da população possui o nível médio ou superior de ensino e normalmente encontram-se alocados no serviço público estadual e municipal. No outro lado da moeda, encontramos os trabalhadores com qualificação profissional atuando em empresas privadas além dos profissionais liberais. No campo periférico desta realidade estão um grande contingente de trabalhadores que na maioria das vezes possuem baixa qualificação educacional ou profissional, aonde estes normalmente vão se valer do trabalho informal e ambulante e fazem deste o seu meio de vida. (LEÃO, 2008, p. 08).

A citação acima está explícito, pois, a estrutura do trabalho na cidade de Macapá abrange a massa trabalhadora que detém de pouca ou nenhuma escolarização (qualificação educacional ou profissional) que os levam a permanecer consciente ou não ao mundo do trabalho informal, onde visibilizam como alternativa de trabalho, segundo a entrevistada que diz:

Eu estudei até a primeira. É que eu parei mesmo, como hoje muito abandonam (...), como aconteceu comigo, eu aconselho pro meus filhos não abandonem seus estudos, como eu abandonei o meu, e agora estou nesse meu trabalho que é cansativo, e eu não quero isso pra eles, então vocês não querem o meu trabalho então estudem, porque eu vou continuar trabalhando pra eu dar de comer pra vocês e pra vocês estudarem e não estarem nesse trabalho que to, já que vocês não gostam, mas se não estudarem vai ser o jeito. Eu parei de estudar porque na época meus pais não tinham condições de manter os meus estudos eram eu, minha Irmã e meus irmãos, então agente parou de estudar, e agente fomos trabalhar com eles no mato, no grosso, quando eu tive meus filhos eu já tinha parado de estudar. (Joaquina, 2012).

Por falta do currículo acessível, essas mulheres não detém o perfil profissional exigido pelo mercado dinâmico do trabalho formal, reestruturado pela exigência com relação à qualidade curricular, experiência profissional, valoração da especialização e competitividade que processa na atualidade, segundo o autor:

(...) o trabalho informal tornou-se uma alternativa frequente para os excluídos do mercado de trabalho formalizado (...), a preocupação com o lugar dos trabalhadores em meio á turbulência atual. Uma grande atenção é dada ao processo de qualificação/ desqualificação ao qual estariam submetidos os trabalhadores no processo produtivo, ao que se esperaria deles nesses novos processos, e como seriam suas formas de inserção. (SANTANA ET AL, 2009, p.10, 13.).

Para Santana ET AL (2009), “houve o aumento considerado nos conflitos de interesses e da competição entre os trabalhadores” (p.43), ou seja, as modificações da reconfiguração do mundo do trabalho com relação as exigências e competitividade, advindo da globalização e da modernização tecnológica que trouxe o trabalho integrado ao sistema e ao “status quo” que seguem o método científico de organização do trabalho (Taylorismo), o autor diz:

O modo de organização do trabalho que apresenta a particularidade de se basear no ofício, ou seja, no saber e no “saber-fazer” operário dá azo a que a resistência operária se desenvolva com eficácia. O saber é para o operário o seu bem mais precioso [...] É aí que reside o essencial da sua relação de força com o capital. A questão de fundo é uma relação de força e de saber ou, mais precisamente, de relação de força no saber (CORIAT, 1985, p. 87).

Coriat (1985) apresenta uma análise desencadeada por Taylor quando assume o cargo de chefe de turma na Midvale Steel Company nos anos de 1880, constatando que os operários detinham o domínio do ofício que deliberava a autonomia deles com relação ao modo operatório e o ritmo de execução do trabalho. Taylor descobre que o “saber-fazer” do operário resulta da vasta acumulação do aprendizado apreendido em geração, neste saber não há uma uniformidade de procedimentos em função do caráter subjetivo de cada trabalhador, a esse modo, o teórico analisa como fraqueza do ofício e propõe expropriação desse saber a partir da sistematização de tarefas.

O trabalho nessa concepção Taylorista apresenta o “saber fazer” coletivo e não mais individual. Promovendo a separação entre concepção e execução, sob uma orientação “científica” o trabalho dentro dessa ótica perde a identidade, no sentido da perda da motivação do caráter humano, pois, torna uma atividade sem propósito e não mais pensável, pois, agora pertence à gerência o controle do processo de trabalho e o modo de execução, como fiscais em cada fase do andamento do ofício.

A esta modalidade no mundo do trabalho, apresentado fragmentado no “saber fazer”, não integra os agentes com subjetividade, criatividade e que não detém do currículo acessível. Os que não possuem um currículo adequado são considerados de pouca ou nenhuma qualificação para preencher os serviços que envolvem as tecnologias presente no mercado oficial (formal). As mudanças no processo dinâmico do trabalho dividiram os setores em termos de qualificação, onde o pequeno setor (formal) altamente qualificado e o outro (informal) a massa de pouca qualificação. O autor diz:

As transformações no universo do trabalho vêm afetando de modo intenso as sociedades industriais em todo o mundo. Formas de produção consideradas pelo desenvolvimento de um capitalismo do tipo monopolista retornam numa outra dimensão reincorporada a uma lógica de acumulação que enfatiza a competitividade e a qualidade. (SANTANA ET AL, 2009, p.8).

Segundo Dupas (2001), existe uma relação estreita entre mercado formal e informal em tempos de globalização, no qual os produtos vendidos são fabricados por empresas formais e consumidos por integrantes do ofício informal. Deduzimos que o mercado formal está encaminhando com a lógica de reduzir ao máximo a mão-de-obra humana, pois, analisamos que ele está mais exigente com a capacitação profissional, impulsionando a existência do mercado informal, todavia a massa com pouca qualificação está integrando nesse setor, a esse modo, o mercado formal reduz os gastos com a contratação de trabalhadores mais continua lucrando com a venda das mercadorias consumidas pelo contingente de trabalhadores informais, processando a “era da sociedade sem trabalho humano no mercado burocrático substituídos por tecnologias”, reforçando essa análise o autor diz: *“Embora o trabalho e a economia tenham mudado muito ao longo dos anos, uma coisa tem permanecido constante por séculos: as empresas sempre buscam formas de diminuir custos e aumentar lucros”* (BRYM, 2008, p. 313).

Citamos Offe (1989) que analisa o trabalho burocrático em duas dimensões o setor “industrial” e de “serviços”, que estabelecem alto grau de dificuldades para integrar os que desejam fazer parte do trabalho formalizado, envolvendo uma série de exigências e processos de integração profissional.

O dinâmico trabalho formal apresenta mudanças constantes com relação à capacitação profissional da mão-de-obra, pois, não absorve o antigo quadro curricular dos profissionais que antes eram ditos qualificados, agora as exigências estão modificadas por outras, como o autor diz:

(...) os investimentos feitos na qualificação profissional, não se tem conseguido atenuar as tendências do desemprego. A ideia de que a educação, como uma panaceia, seria a saída pra esse quadro não tem sustentação ao se observar o número de pessoas capacitadas, com terceiro grau de escolaridade, que tem deparado com dificuldades para encontrar emprego. Além disso, o treinamento puro e simples da mão-de-obra não parece ter sido suficiente para aumentar as ofertas de trabalho. (SANTANA ET AL, 2009, p. 26).

A reconfiguração no mecanismo do “ofício Legal”, principalmente no setor da contratação profissional que discerne a exigência do currículo profissional como modo de suprir a mão-de-obra das novas tecnologias, expandido no mundo do mercado de trabalho em

tempos de globalização, são fatos que influenciam na permanência das mulheres no trabalho informal na realidade macapaense.

Conclusão

Em suma, traçamos uma compreensão de análise Antropológica e Sociológica do Trabalho para compreender o nosso referencial empírico. Partimos da pesquisa de campo em que utilizamos como coleta de dados, a entrevista gravada, questionário semiaberto e fotografia, de 11 (onze) mulheres as quais trabalham como ambulantes no Centro da cidade de Macapá.

Com o material coletado, verificamos na ótica antropológica que os motivos de permanência das mulheres no mercado de trabalho informal no Centro local corroboram com as nossas hipóteses relacionadas à rede de significados simbólicos que incuti o simbolismo de adquirir a independência financeira, a casa necessita de manutenção, “fugir” do desemprego, emancipação da burocracia do trabalho formal e por desejarem exercer uma atividade que vai além dos afazeres domésticos.

Mas, na visão sociológica o motivo de permanência das mulheres no mercado informal (corroborado com a nossa hipótese) está atrelado na falta do acompanhamento delas com relação às mudanças no mercado formal, relacionado com a exigência na capacitação profissional, sendo que as entrevistadas obtêm pouca ou nenhuma escolarização para ingressar no ofício formal.

Essa falta de acompanhamento na mudança da exigência do mercado burocrático desencadeia em virtude delas estarem desenvolvendo as ocupações na casa e rua (trabalho ambulante), pois, a casa precisa da manutenção esporádica. Essa análise nos leva constatar a existência de manipulação na permanência, pois, elas criaram os significados simbólicos (presente na ótica antropológica) para não serem estigmatizadas por falta de escolarização acessível e esses simbolismos também é um modo de superar as angústias frente à ineficácia do Estado em efetivar a cidadania dessas mulheres com relação ao trabalho digno, alcançando o bem estar social.

Entretanto, as necessidades específicas dessas mulheres estão sendo mantidas pelo “suor e lágrimas” do trabalho informal, em virtude do descaso do poder público macapaense, especificamente a Prefeitura. A invisibilidade e inviabilidade do dinamismo das autoridades competentes em oportunizar a este grupo de mulheres ambulantes, projetos urbanísticos específicos ou disponibilizar o alvará de licenciamento para melhoria da qualidade do

trabalho dessas mulheres, as quais relatam a perseguição da policia militar e ambiental local a mando da autoridade municipal, sendo que está autoridade é que deveria amparar essas cidadãs que necessitam trabalhar em paz.

Referências

BRYM, Robert J. ET al. **Sociologia: Sua bússola para um novo mundo**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

CACCIAMALLI, Maria Cristina. **As Economias Informais e Submersas: conceitos e distribuição de renda**. IN: CAMARGO, José M. G. Giambiagi (org.). **Distribuição de renda no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

CORIAT, Benjamin. **O taylorismo e a expropriação do saber operário**. In: **Sociologia do Trabalho: organização do trabalho industrial – Antologia**. Lisboa: A Regra do Jogo Edições, 1985.

DUPAS, G. **Economia Global e Exclusão Social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo**. 2º Edição, São Paulo: Paz e Terra, 2001.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A Dinâmica da Cultura: Ensaios de Antropologia**. Organização de Omar Ribeiro Thomaz; Prefácio de Peter Fry. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997, 3ª edição: abril de 2002.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.

LEÃO, Richard Douglas Coelho. **Trabalho Informal e Migração na Cidade de Macapá**. Belém (PA): UFPA, 2008. (Mestrado em Ciências Sociais).

LÉVI-STRAUSS, Claude. **A Noção de Estrutura em Etnologia; Raça e Historia; Totemismo Hoje**. Tradução de Eduardo P. Graeff. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultura, 1980.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

POCHMANN, M. **O emprego na Globalização**. São Paulo: Boitempo, 2001.

SANTANA, Marco Aurélio, RAMALHO, José Ricardo. **Sociologia do Trabalho**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

SCHUMAHER, Schuma, BRAZIL, Érico Vital. **Mulheres Negras do Brasil**. Rio de Janeiro: SENAC, 1998.

SOUSA, Rosinaldo Silva, ET al. **Antropologia das Trocas Econômicas Informais e Ilícitas**. Publicado na PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais UNIFAP. N. 1 dez 2008.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,